

Nº. da prova:  
00000000



## SELEÇÃO PARA ESTÁGIO DE DIREITO – 2008

### JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

#### Dissertação e Questões Objetivas - SUBSEÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

<b>LEIA ATENTAMENTE</b>
-------------------------

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao abrir este caderno, confira se ele contém 1 (uma) folha de prova discursiva e 25 (vinte e cinco) questões objetivas.
03. Não deixe nenhuma marca na FOLHA DE PROVA DISCURSIVA ou nas FOLHAS DE QUESTÕES que possa identificá-lo.
04. Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem uso de máquina calculadora ou qualquer espécie de aparelho eletrônico, inclusive celulares.
05. Só marque uma resposta para cada questão.
06. Você terá 4 (quatro) horas para responder todas as questões, inclusive a discursiva
07. É proibida a divulgação total ou parcial desta prova: direitos reservados
08. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas.

#### **CRITÉRIOS BÁSICOS DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA:**

1. fidelidade à temática escolhida, sem alteração do título;
2. originalidade;
3. coerência, coesão e clareza na exposição das idéias;
4. atendimento às normas da gramática;
5. atenção ao limite de linhas (25 a 30).

#### **OBSERVAÇÕES**

1. Não será conhecido recurso em desacordo com o item 5 do Edital.
2. Não serão prestadas informações por telefone

**COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO**  
**PORTARIA N. 412/2008 – DF**  
**NOVEMBRO/2008**

Nº. da prova:  
00000000

**PROVA DISCURSIVA**

Discorra sobre o controle de constitucionalidade, abordando, ao menos, os seguintes tópicos: a) conceito, origem e evolução; b) controle difuso e concentrado; súmula vinculante.

1. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

30 \_\_\_\_\_

## SUBSEÇÕES

### I- CONSTITUCIONAL

01. A proposta de emenda constitucional pode ser apresentada:

- (A) pelo Ministro da Justiça.
- (B) pelo Presidente da República.
- (C) por um quarto, no mínimo, dos membros do Senado Federal.
- (D) pela Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.
- (E) por mais de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação.

02. A imunidade constitucional garantida aos Deputados Federais e Senadores em razão de suas opiniões, palavras e votos

- (A) aplica-se aos atos praticados em razão do mandato, ainda que exercidos fora do recinto da própria Casa legislativa.
- (B) aplica-se somente em matéria processual.
- (C) impede que o parlamentar seja preso em flagrante de crime, ainda que este seja inafiançável.
- (D) aplica-se somente em matéria penal.
- (E) impede que os parlamentares sejam sancionados pela própria Casa legislativa a que pertencem, mesmo que haja abuso dessa prerrogativa constitucional.

03. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, dentre outros, os

- (A) Governadores de Estado.
- (B) membros do Congresso Nacional.
- (C) membros dos Tribunais de Contas dos Estados.

(D) membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

(E) membros dos Tribunais Regionais Federais.

04. A anulação de ato lesivo ao meio ambiente pode ser pleiteada por meio de

- (A) ação popular, ficando o autor, salvo má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (B) *habeas data*, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (C) mandado de injunção, ficando o autor, salvo má-fé, isento de custas judiciais, mas não do ônus de sucumbência.

(D) mandado de segurança, respondendo o autor pelas custas judiciais e pelo ônus da sucumbência.

(E) provimento do Ministério Público, ficando o autor isento de custos administrativos, mas não de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

05- Assinale a opção correta.

A) Pessoas jurídicas de direito público podem ser titulares de direitos fundamentais.

B) As garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal têm aplicação exclusiva nos processos administrativos ou judiciais em que alguém se acha na condição de acusado de infração administrativa ou criminal.

C) A nacionalidade brasileira é condição necessária e suficiente para que se proponha ação popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

D) O princípio constitucional da presunção de inocência tornou inconstitucional toda a prisão que não encontre causa numa sentença penal transitada em julgado.

E) Em face do princípio democrático, do princípio da separação dos poderes e

Nº. da prova:  
00000000

da cláusula do materialmente possível inerente aos direitos fundamentais de ordem social, esses direitos sociais somente produzem efeitos jurídicos depois de desenvolvidos pelo legislador ordinário.

## **II - PENAL**

06. Tem-se a tentativa branca quando:  
(A) O sujeito ativo pratica todos os atos de execução do crime, mas este não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade;  
(B) O sujeito ativo, para a execução do crime, utiliza “arma branca”;  
(C) A vítima não sofre lesões;  
(D) Menos se aproxima o sujeito ativo da consumação do crime, maior devendo ser a atenuação da pena (dois terços).  
(E) Nenhuma das alternativas acima está correta.

07. São pressupostos da culpabilidade  
(A) a imputabilidade e a previsibilidade do resultado.  
(B) a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a falta de dever de cuidado.  
(C) a exigibilidade de conduta diversa e a previsibilidade do resultado.  
(D) a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa.  
(E) a falta de dever de cuidado e a imputabilidade

08. Caracteriza-se a culpa consciente quando:  
(A) O agente não prevê o resultado, malgrado seja previsível;  
(B) O agente admite e aceita o risco de produzir o resultado;  
(C) O agente prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que ele não aconteça;  
(D) O agente prevê o resultado, não se importando que venha ele a acontecer.

(E) O agente não prevê o resultado que era totalmente imprevisível.

09. Excluem a culpabilidade e a ilicitude, respectivamente,  
(A) o erro inevitável sobre a ilicitude do fato e a desistência voluntária.  
(B) o arrependimento posterior e o estado de necessidade.  
(C) o estrito cumprimento do dever legal e o arrependimento eficaz.  
(D) a legítima defesa e a obediência hierárquica.  
(E) a coação moral irresistível e o exercício regular de direito.

10. O princípio da adequação social, admitido num caso concreto, pode constituir causa supralegal de exclusão da:  
(A) culpabilidade;  
(B) tipicidade;  
(C) punibilidade;  
(D) antijuridicidade;  
(E) reprovabilidade.

## **III - PROCESSO CIVIL**

11. NÃO tem direito ao privilégio do art. 188 do CPC c/c art. 10 da Lei 9.469/97 (prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer):  
A) o Ministério Público;  
B) as autarquias;  
C) as empresas públicas;  
D) os Estados e os Municípios;  
E) as agências reguladoras.

12. A petição inicial NÃO será indeferida liminarmente quando:  
A) o advogado deixar de declarar na petição inicial o endereço no qual receberá intimações;  
B) a parte for manifestamente ilegítima;  
C) for inepta;  
D) o autor carecer de interesse processual;  
E) o juiz verificar, desde logo, a prescrição ou a decadência.

Nº. da prova:  
00000000

13.Com relação ao mandado de segurança, é INCORRETO afirmar:

- A) a competência territorial é firmada em razão da sede funcional da autoridade coatora;
- B) a sentença que o concede fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente;
- C) o prazo de 120 (cento e vinte) dias para impetração do mandado de segurança, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, possui natureza decadencial;
- D) o mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança;
- E) cabe mandado de segurança contra lei em tese.

14.Paulo, em ação que ajuizou em face de José, arrolou como testemunha Fábio, que contraiu enfermidade que impossibilitou seu comparecimento à audiência. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção CORRETA:

- A) Não será possível substituir Fábio caso já tenha sido recebida a intimação para a audiência de instrução;
- B) Paulo não poderá substituir Fábio por outra testemunha dada a preclusão;
- C) Se Paulo não tiver arrolado o máximo de testemunhas permitidas, será possível substituir Fábio;
- D) Fábio poderá ser substituído por outra testemunha, pois, provada a enfermidade, a lei processual lhe garante tal possibilidade;
- E) Apenas pelo fato de Fábio ter mudado de residência já seria possível sua substituição.

15.A competência da Justiça Federal é taxativamente prevista na Constituição da República. Assinale o ente que, na condição de autor da ação, NÃO deverá propô-la na Justiça Federal:

- A) a Caixa Econômica Federal;
- B) A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;

- C) o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- D) o Banco do Brasil;
- E) a Agência Nacional do Petróleo – ANP.

#### **IV - TRIBUTÁRIO**

16. As taxas podem:

- A) ser exigidas em razão do exercício, efetivo ou potencial, do poder de polícia;
- B) ser exigidas em razão da utilização, efetiva ou potencial, do poder de polícia;
- C) ser exigidas em razão da utilização de serviços públicos indivisíveis;
- D) ter base de cálculo própria de impostos;
- E) ser divididas em taxas de polícia e taxas de serviço.

17.São tributos de competência da União, entre outros:

- A) imposto de renda, imposto de importação e IPI;
- B) ICMS, IPI e ISS;
- C) IPTU e imposto de renda;
- D) ITBI, IPVA e imposto sobre grandes fortunas;
- E) ITR, IOF e ITCMD.

18.As figuras abaixo extinguem o crédito tributário, EXCETO:

- A) o pagamento;
- B) a compensação;
- C) a transação;
- D) a remissão;
- E) o parcelamento.

19.Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre os tópicos abaixo, EXCETO:

- A) suspensão do crédito tributário;
- B) exclusão do crédito tributário;
- C) imunidades tributárias;
- D) outorga de isenção;
- E) dispensa do cumprimento de obrigações acessórias.

Nº. da prova:  
00000000

20. Segundo o entendimento da jurisprudência do STF, são espécies tributárias apenas:

- A) impostos e taxas;
- B) impostos, taxas e contribuições de melhorias;
- C) impostos, taxas e tarifas;
- D) impostos, taxas, preços públicos e contribuições de intervenção no domínio econômico;
- E) impostos, taxas, empréstimos compulsórios, contribuições de melhoria e contribuições especiais.

#### **V - DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. Em relação ao ato administrativo pode-se afirmar que:

- A) que só pode ser anulado pela Administração.
- B) que só pode ser revogado pela Administração;
- C) que pode ser revogado pela Administração e pelo Poder Judiciário;
- D) que pode ser anulado pelo Poder Judiciário, desde que exija interesse público;
- E) que pode ser revogado pelo Poder Judiciário, uma vez que não tenha a forma prescrita em lei.

22) A exigência de concurso público é imperativa:

- A) para provimento de todos os cargos públicos;
- B) para a contratação de empregados pelas pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta;
- C) somente para o provimento dos cargos da administração direta;
- D) somente para os cargos em comissão;
- E) nenhuma das alternativas anteriores.

23. A proibição constitucional de acumulação remunerada de cargos públicos:

- A) estende-se a dois cargos de professor, mesmo quando houver compatibilidade de horários;
- B) veda que um servidor estável faça concurso para outro cargo;
- C) não se estende a cargos ocupados em autarquias e fundações;
- D) não se estende a empregos e funções em empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que haja compatibilidade de horários;
- E) estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

24. O princípio da legalidade explícita a subordinação da Administração Pública à lei e é decorrência natural:

- A) do controle administrativo de seus próprios atos;
- B) do controle judicial dos atos administrativos;
- C) do princípio da hierarquia;
- D) do princípio do interesse público;
- E) do controle administrativo de seus próprios atos e do controle judicial dos atos administrativos.

25) Assinale a alternativa incorreta:

- A) Integram a administração pública direta, entre outros, os Ministérios e as autarquias;
- B) As empresas públicas integram a administração pública indireta;
- C) As sociedades de economia mista integram a administração pública, ainda que seja constituído, em parte, de recursos oriundos da iniciativa privada;
- D) As fundações integram a administração pública indireta;
- E) Integram a administração pública direta os órgãos do Poder Executivo.